

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • dezembro de 2016

Novos Gestores querem uma **NOVA REALIDADE**



- Seminário Novos Gestores mostra o tamanho da crise do municipalismo
- Verba federal da Saúde deve ser repassada com atraso, em dezembro
- A série de lutas que novos gestores devem assumir, em janeiro

Seminários Novos Gestores

A Realidade dos Municípios Brasileiros, p

Duas semanas. Esse foi o tempo necessário para a Confederação Nacional de Municípios (CNM) reunir quase 3 mil prefeitos eleitos e reeleitos, em Brasília. Na quarta edição da série *Seminários Novos Gestores 2017-2020*, a entidade trouxe os executivos municipais à capital federal, ao invés de ir até eles, regionalmente, *in loco*. A Realidade dos Municípios Brasileiros foi o tema de apresentação do presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, uma das principais atividades da programação. A palestra movimentou os participantes do evento e despertou sentimentos como motivação, ansiedade e preocupação.

O primeiro quinquídio, de 24 a 28 de outubro, foi reservado ao Norte, Centro-Oeste e Sudeste. Já no período de 7 a 11 de novembro o evento recebeu os representantes do Sul e do Nordeste. Temas comuns foram abordados pelo líder municipalista nos quatro encontros promovidos ao longo dos 10 dias. Ziulkoski apresentou os desafios a serem enfrentados e alguns caminhos para se alcançar uma gestão de qualidade. Um dos temas principais das plenárias foi dívida previdenciária, que teve crescimento de 182% de 2009 para 2016. Essa problemática faz com que quase mil prefeituras estejam com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) bloqueado. Exemplos de Municípios que não recebem o recurso constitucional há 8 e 9 meses, até setembro de 2016, foram ressaltados.

“Um quinto de todo o problema está na Previdência, que passou de R\$ 22 bilhões para R\$ 100 bilhões nesse período [de 2009 para 2016]”, mostrou Ziulkoski. Ele chamou a atenção para a gravidade e discrepância dos números. O conselho dado por ele a todos prefeitos foi o mesmo: “adote o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)”. O presidente da CNM relatou o que acontece com grande parte dos Municípios que ainda estão no Regime Geral. “Quando caiu a arrecadação, e tem de se optar entre pagar funcionários e transferir recursos ao RGPS, os prefeitos optam por pagar os seus servidores. Como a prefeitura não paga o reparcelamento, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retém o FPM.

As polêmicas entorno das emendas parlamentares estiveram presentes em todos os encontros, e a orientação básica foi para que os prefeitos não fiquem correndo atrás desse tipo de recurso. “As emendas



parlamentares trazem uma série de problemas aos gestores locais. Para vocês terem uma ideia, entre a assinatura do convênio e a prestação de contas, o tempo médio para receber o recurso é de 38 meses, ou seja, todo um mandato”, destacou o líder municipalista durante suas palestras. Dados apresentados confirmam que apenas 13,5% das emendas impositivas chegaram, de fato, às prefeituras, em 2015. “Mesmo com a obrigatoriedade, dos R\$ 6,1 bilhões autorizados, apenas R\$ 828,3 milhões foram efetivamente pagos”, afirmou Ziulkoski.

A proposta do movimento municipalista é a criação de um fundo constitucional de desenvolvimento partilhado pelos mesmos critérios do FPM. O presidente da CNM explicou que são R\$ 15 milhões do orçamento destinados a emendas de deputados e senadores, multiplicado esse valor pelos quase 600 parlamentares dá R\$ 9 ou 10 bilhões. Isto é: 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). “Estamos propondo uma Emenda Constitucional que destine 1% do PIB para criar o Fundo e distribua o recurso para todos os Municípios do Brasil pelos critérios do FPM”, explicou. “É a solução do problema”, atestou.

Outro problema que é unânime nas prefeituras, segundo Ziulkoski, vem de convênios com programas federais. Dos mais de 395 programas, o municipalista mencionou, diversas vezes, o caso da merenda escolar, que os Municípios recebem em média R\$ 0,30 por aluno, quando na verdade o custo chega a R\$ 4,50. A mesma realidade é compartilhada

da no Programa Estratégia Saúde da Família (ESF), em que os cofres locais recebem entre R\$ 7.130 e R\$ 10.685 para manter a iniciativa cujos gastos giram em torno de R\$ 48 mil.

Essa defasagem é ainda mais evidente quando o tema é transporte escolar. O custo médio da prefeitura com o serviço é de R\$ 114 mil. Contudo, os recursos que chegam do governo federal não ultrapassam R\$ 12 mil. “Essa diferença quem paga são vocês, prefeitos. Sai do bolso do Município”, frisou Ziulkoski. Por falar nisso, o presidente informou que o aumento do piso salarial do magistério para 2017 deve ser de 7,5%, pelas regras da legislação atual. “Esse foi um dos projetos aprovados pelo Congresso, com impacto direto nos cofres municipais”, pontuou. Ele também falou de outras aprovações que demandaram obrigações aos Entes municipais, como a Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ao instigar os novos prefeitos a se comprometerem com a atuação municipalista no Congresso Nacional, o porta-voz dos Municípios brasileiros ressaltou que os próximos dois anos serão fundamentais para se conseguir alguma aprovação junto ao parlamento. Ele também apresentou o Observatório Político, que é uma página *on-line* vinculada ao portal da CNM, com registros diários da atuação dos parlamentares. Nesse *hotsite* é possível acompanhar a atuação dos parlamentares e fiscalizar deputados e senadores nas votações de matérias favoráveis a

Palestra de Ziulkoski movimentou evento



municipalidade. “É uma ferramenta que proporciona ao gestor o acompanhamento diário das votações no Congresso”, explicou o presidente da CNM.

O espaço digital permite, ainda, o acompanhamento da pauta prioritária do movimento municipalista nacional. Conforme informou Ziulkoski, atualmente, cerca de 40 projetos de interesse dos Municípios são avaliados pelo Observatório Político. A partir deles, cada parlamentar é avaliado conforme sua votação. Notas positivas são dadas a quem vota favorável aos Municípios e notas negativas aos que votam contrariamente. Dessas notas, é feito um *ranking* dos mais e dos menos engajados nas causas municipalistas.

O presidente da CNM destacou: “o deputado que mais atua em nosso favor é o Hildo Rocha (PMDB-MA)”, que assume o primeiro lugar do ranking, há meses. Ele completou que todas as informações das votações de todos os parlamentares, por bancada e por Estado, tanto nas comissões como no Plenário, estão à disposição no Observatório.

Dentre outros assuntos abordados nas palestras, a estrutura do movimento municipalista nacional e as conquistas obtidas ganharam destaque. As lutas municipalistas lideradas pela CNM resultaram em repasse de R\$ 447 bilhões aos cofres municipais.

Dentre as estratégias, pressionar os parlamentares para que votem projetos da pauta de reivindicação prioritária, principalmente nesses próximos dois anos, é a principal delas. O líder municipalista informou que há diversas pautas em tramitação no Congresso Nacional, mas que, para serem aprovadas, é necessário um forte trabalho de pressão junto aos deputados e aos senadores.

► NORTE E CENTRO-OESTE

Aos prefeitos do Norte e do Centro-Oeste, reunidos de 24 a 26 de outubro, Ziulkoski apontou também os problemas causados pela distorção do pacto federativo. De acordo com ele, a estrutura federativa do Brasil com a Constituição Federal de 1988 concede autonomia política, mas não autonomia financeira. “A Federação luta pela descentralização. O sistema que nós temos não obedece ao princípio da descentralização, e sim ao da desconcentração”, ao explicar que “descentralizar é pegar os R\$ 10 mil da Saúde da Família e mandar para o prefeito e a prefeitura aplicar da forma como ele acha que tem de ser aplicado, com fiscalização, claro”, disse. Segundo ele, é esse tipo de política que mantém os prefeitos com o “pires na mão”.

Para os prefeitos das duas regiões, a orientação

principal foi: “execute somente o que é de sua competência. Não façam nada que é de competência do Estado ou da União. Façam apenas o que é de responsabilidade municipal. Tenho certeza de que essa medida vai evitar muitos problemas para vocês”. Ziulkoski foi categórico ao comentar que uma folha de funcionários muito extensa pode prejudicar o Município, especialmente nesse contexto de crise.

“É preciso enxugar a máquina pública”, sugeriu. Ele recomendou a adoção de um quadro de pessoal mais técnico e menos político. Além de um fundo reserva e adoção de comprar na modalidade eletrônica. “Se vocês não querem ter problemas com licitações, façam as compras por pregão eletrônico, pois seguramente ele reduz em 80% a possibilidade de haver irregularidades no processo licitatório. Sem contar a economia nas contas municipais”, indicou.

► SUDESTE

Para os prefeitos do Sudeste, o evento começou na tarde de 26 de outubro e decorreu pelos dias 27 e 28. Além dos temas comuns, o presidente da entidade municipalista nacional mostrou 13 ações que podem ser configuradas como improbidade administrativa e sete que podem vir a ser crime de responsabilidade. Dentre elas: descontrole no al-

moxarifado; deficiências nas cobranças da dívida ativa; descumprimento de horário dos servidores municipais, principalmente da Saúde; pagamento de vantagens salariais em desacordo com a legislação; irregularidades nas licitações; excedência dos limites de despesa com pessoal; inscrição de restos a pagar de despesas geradas nos dois últimos quadrimestres do mandato; e descumprimento dos prazos de entrega do relatório de gestão fiscal e outros.

Ele também orientou os gestores da região mais rica e populosa do Brasil a não assumirem responsabilidades dos Entes federal e estadual, não contratar programa federal sem antes fazer uma análise detalhada do custo das ações e priorizar técnicos/especialistas na hora de montar a equipe de governo. Segundo ele, essas medidas vão evitar muitos problemas aos gestores locais.

O aumento de responsabilidade dos governos municipais com a aprovação de leis e com a execução de programas federais foi outro assunto abordado, e dentre os exemplos mencionados estão Resíduos Sólidos e Saneamento Básico – composto por quatro eixos: água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem de córregos. Para universalizar isso no Brasil, precisa-se de R\$ 800 bilhões. “Os nossos parlamentares elaboraram uma norma, uma lei que diz o seguinte: isso aqui tudo, esse saneamento, é competência municipal. Largou no teu colo”, informou o presidente da CNM.

► SUL

Dentre os destaques do encontro com os prefeitos sulistas, ocorrido de 7 a 9 de novembro, Ziulkoski apresentou as conquistas municipalistas ocorridas em 18 anos. Ao mostrar a expansão da arrecadação, o presidente também informou que o Imposto Sobre Serviços (ISS) é o maior tributo que as prefeituras arrecadam. Em 2002, o presidente da CNM propôs ao Executivo Federal a modificação da lei que tratava deste imposto, até então regido por uma legislação de 1968, da época da ditadura. “Eram 99 itens de base do ISS, naquele ano, havia pedágio, e a empresa concessionária cobrava o ISS, mas não repassava aos Municípios, porque não estava na lista do decreto”, relatou. Ainda segundo ele, em 2002, foi aprovado um projeto que acrescia o item do pedágio na lei.

“Em 2003, nós fizemos um projeto que gerou a Lei 116 do ISS, e elevamos de 100 itens para 200 e colocamos 30 exceções de cobranças, antes era apenas a construção civil”, contou o presidente da Confederação ao relembrar a mudança na lei para



evitar que as cobranças ocorressem apenas onde a empresa está localizada. “Em 2004, o total de ISS do Brasil era R\$ 9 bilhões. Se nós pegarmos a inflação daquele período até agora, 12 anos, esse valor vai para R\$ 25 bilhões. Sabe quanto deu o ISS ano passado? R\$ 70 bilhões”, respondeu Ziulkoski. Segundo ele, esse crescimento se deu por conta da tributação da cadeia produtiva.

Se o Senado aprovar a matéria que atualiza a legislação, que é uma reivindicação municipalista, a receita do ISS vai cobrir os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O projeto, a que se refere o presidente da CNM, aguarda votação no Plenário do Senado Federal. Ele prevê a cobrança do ISS nas compras feitas com cartão de débito e crédito no local do tomador do serviço e da compra. O texto estabelece esse mesmo critério para as compras financiadas por *leasing*.

Outras conquistas que levaram ao montante final também foram mencionadas. Com destaque para o aumento de 22,5% para 24,5% do FPM. “A partir do ano que vem, os prefeitos receberão 1% adicional no Fundo em junho, além do 1% adicional que entra em dezembro”, reforçou o presidente da CNM, ao esclarecer que os dois repasses, foram conquistas do movimento municipalista nacional, e devem ajudar os gestores nos momentos mais difíceis de arrecadação.

De acordo com o municipalista, há expectativa de que a definição do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação aos royalties ocorra no próximo ano. A partilha igualitária dos recursos foi vitória municipalista, alcançada por meio de forte atuação dos prefeitos no Congresso, mas uma liminar que impediu o cumprimento da legislação está aguar-

dando deliberação da ministra Cármen Lúcia, agora presidente da Corte. “Todas as análises são favoráveis a nós”, informou Ziulkoski.

► NORDESTE

Os desafios que aguardam os novos prefeitos nordestinos foram abordados pelo presidente, na manhã do dia 10 de novembro. Um diagnóstico da receita nacional e de sua aplicação foi apresentado, com maior ênfase, aos participantes da última turma do seminário, com destaque para o montante pago pelo governo federal de juros – 8% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo dados de 2014. A carga tributária, segundo mostrou Ziulkoski, foi responsável por 32,4% do PIB, que por sua vez somou R\$ 5,687 trilhões em 2014.

“Desse total, rendeu de impostos e contribuições R\$ 1,8 trilhão. Isso foi o que arrecadou no Brasil, somando União, Estados e Municípios”, expôs o municipalista, e seguiu com a pergunta: como isso foi gasto? Ele mesmo respondeu apresentando um quadro com os seguintes indicativos: benefícios e subsídios R\$ 888 bilhões; salário de servidores R\$ 550 bilhões; e R\$ 475 bilhões de juros. Ziulkoski alertou que, considerando os descontos, sobram 2,5% para investimentos, 2,0% para Saúde e 1,5% para Educação.

“Se o governo pagar o juro, e somar com as despesas, terminou, zerou. Não tem nada para Saúde e Educação”, constatou o líder municipalista, ao declarar: “o país é esse aqui”. Ele informou que o cenário piorou em 2015 e em 2016, porque o PIB está negativo. “Nós perdemos, só de arrecadação, nesses dois últimos anos, R\$ 240 bilhões, e uma parte era do Município, 20% ou quase R\$ 50 bilhões”, completou.

Ações Judiciais

Gestores podem judicializar ativos da iluminação e IR de prestadores de serviços

Sugeridas e disponibilizadas pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), propostas de ações judiciais podem ser ingressadas pelas prefeituras. A entidade tem motivado os prefeitos eleitos a judicializarem os ativos de iluminação pública e a instrução normativa que determina o repasse do Imposto de Renda (IR) dos prestadores de serviços à União. Os Municípios filiados à entidade podem baixar essas ações diretamente do portal CNM, no conteúdo exclusivo.

De acordo com esclarecimentos do consultor Jurídico da CNM, Mártin Haeblerlin, uma estratégia inovadora da CNM e do seu presidente, Paulo Ziulkoski, viabiliza aos prefeitos o acesso à ação que trata dos ativos da iluminação pública. “Esse é um problema sério. Era uma responsabilidade da concessionária de energia elétrica lidar com todos os ativos da iluminação pública”, ponderou o jurista.

Fazem parte dos ativos, segundo explicação do consultor e do presidente da CNM, cubos, postes, lâmpadas, transformador e aquilo que é equipamento de iluminação. Cabia à concessionária de energia elétrica lidar com todos eles. Ainda conforme esclarecimentos destacados na ocasião, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) repassou essas responsabilidades às prefeituras, por ordem dessas companhias.

Alguns Municípios já ingressaram com este tipo de ação, e, para auxiliar os demais, a Confederação disponibilizou as ações no espaço restrito do site da CNM, que podem ser apresentadas pelo procurador das prefeituras. “A Confederação pagou o custo para elaboração do parecer técnico e das ações”, informou Ziulkoski. Ele reforçou que esta foi mais uma medida adotada pela entidade que sai para o Município a custo zero.

Sobre o IR, a ação elaborada pela CNM busca cancelar a obrigatoriedade de as prefeituras repassarem o IR dos prestadores de serviços, retido na fonte, à Receita Federal. A medida tomada em 2015 tira dos governos municipais o direito ao recurso. “Essa é mais grave. Sempre, historicamente, pela consti-



Ag. CNM

tuição, todo imposto de renda retido na prefeitura é da prefeitura. A Receita Federal baixou uma instrução normativa dizendo que o imposto de renda de terceirizados não pertence aos Municípios, mas à Receita Federal”, explicou o presidente da CNM.

Ziulkoski alertou que o movimento municipalista e os especialistas jurídicos consultados consideraram

a normativa ilegal e, para piorar, ela prevê o efeito retroativo dos últimos cinco anos. Ele lembrou ainda que **“o problema disso é que os 98% dos prefeitos atuais não estão passando esse recurso para a Receita, e isso pode dar para o prefeito processo por apropriação indébita e até crime por não obedecer a uma norma”**.

Essas ações também foram abordadas no atendimento da área jurídica da CNM durante o *Seminário Novos Gestores 2017-2020*. Aos prefeitos que consultavam a área durante o evento, foram apresentados os modelos de ação judicial disponíveis. Eles também foram aconselhados ao comportamento jurídico ideal para evitar condutas consideradas impróprias à administração pública.

“Os gestores devem sempre consultar o jurídico para executar ações e tomar decisões. Com isso, eles evitam qualquer

ato contra a lei, atos que podem causar alguma responsabilidade ao gestor na sua administração”, disse o consultor jurídico da CNM, Wesley Rocha. Os prefeitos contribuintes podem usar os modelos para entrar na justiça contra iniciativas que prejudicam principalmente as finanças municipais. “As ações são muito importantes. No primeiro modelo, o Município evita um custo que não devia ser dele. E, no segundo, faz com que o valor do imposto de renda retido na fonte continue com ele”, explica Rocha.

Desenvolvimento econômico

O que fazer para recuperar a saúde financeira dos Municípios

Receita é o oxigênio da administração municipal. A afirmação foi feita durante as palestras do eixo de Desenvolvimento Econômico nos *Seminários Novos Gestores*, que ocorreram entre os dias 17 e 21 de novembro para as regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste, e entre os dias 7 e 11 de novembro para as regiões Sul e Nordeste.

As explicações sobre finanças municipais, que procuraram sanar dúvidas dos prefeitos quanto à administração dos recursos públicos e recuperação da saúde financeira do Município, foram conduzidas pelo especialista em finanças e consultor da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Eudes Sippel. As palestras também contaram com a participação das técnicas da entidade Fabiana Santana e Thalyta Alves.

Eles procuraram frisar que, para além de despesas inteligentes, é preciso ter recursos para conseguir gastar e investir em desenvolvimento municipal. "Receita é o oxigênio da administração municipal. Vocês serão os líderes de seus Municípios e, por isso, vocês precisam pensar no oxigênio desse corpo. Se não respirar, a administração pública não fica em pé", disse Sippel.

Questões que abrangem o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foram as mais abordadas como possíveis soluções de aumento de receita. Segundo o especialista, é preciso executar uma diferenciação de alíquotas para terrenos e edificações, bem como o recadastramento de imóveis. "Terrenos baldios têm de ter alíquotas mais altas porque não possuem função social alguma", afirmou ele.

Outras alternativas

Entre as formas propostas para angariar recursos, foi sugerido aos gestores que, todos os anos, verifiquem com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de seus Municípios e entrem com recursos para, se necessário, alterar os dados. Isso porque o número será usado pelo governo federal para calcular, com base no coeficiente populacional, a parcela que deverá ser repassada a cada Ente do Fundo de Participação de Municípios (FPM).

Questões sobre a dívida ativa com os Municípios



também não ficaram de fora. Conforme exposto durante a palestra, atualmente, a dívida com Municípios chega a R\$ 208 bilhões e quase nada é pago. Segundo Sippel, se uma empresa privada tivesse o mesmo retorno com as dívidas em juros que têm os Municípios, ela não sobreviveria. "A gente só consegue recuperar cerca de 3%", disse ele.

Outro exemplo de caminho a ser adotado para tentar dar uma folga aos cofres municipais seria por meio do Imposto Territorial Rural (ITR). Segundo os especialistas, esse é o único imposto municipal que apresenta um crescimento real anual. "É uma alternativa que veio para ficar. Ele já tem uma receita muito próxima do FPM", disse Sippel.

Contabilidade

A palestra de contabilidade pública municipal foi ministrada pela professora da Universidade de Brasília (UnB) e consultora da CNM, Diana Lima, acompanhada da técnica da entidade, Ludimila Ferreira. Entre as recomendações dadas, a professora disse ser fundamental que o novo prefeito tenha ao seu lado um bom contador: "Um bom contador é fundamental para garantir uma gestão segura".

Segundo Lima, o importante é contratar um profissional qualificado para cuidar das contas do Município, independentemente se ele é do quadro ou escritório terceirizado. Mas a melhor opção é ter um profissional que esteja mais por dentro da situação do Município, que terá mais responsabilidade e poderá responder pelas ações adotadas na gestão

das contas públicas.

A especialista contou aos gestores que o grande desafio dos novos gestores será adaptar as prestações de contas municipais às mudanças estabelecidas em lei quanto à contabilidade municipal. Segundo ela, a transformação exige capacitação dos técnicos e contadores. "Temos percebido que os contadores municipais não estão qualificados. Então, peçam um certificado para os profissionais novos e deem condições para que eles se preparem", disse ela.

Previdência

Os alertas e os conselhos sobre previdência aos novos gestores ficaram sob a responsabilidade dos consultores e atuários da CNM Sérgio Aureliano e Fernando Santos. Segundo os especialistas, o melhor modelo previdenciário para os Municípios seria o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que pode ser implantado pelas prefeituras para assegurar benefícios a seus servidores, como aposentadoria, pensões e auxílios.

Segundo eles, o sistema é a solução para a dívida previdenciária municipal. De acordo com Santos, o RPPS é em 99% dos casos mais rentável que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Ações Judiciais

Medidas para reduzir a Judicialização são apresentadas

As ações judiciais que oneram e inviabilizam a gestão municipal foram debatidas durante o *Seminário Novos Gestores*. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, abordou com os prefeitos eleitos e reeleitos de todas as regiões brasileiras as medidas institucionais para qualificação e redução da judicialização.

Com o auditório lotado, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, coordenou a conversa e explicou aos prefeitos o papel da entidade para auxiliar os representantes municipais com medidas que possam diminuir a demanda de ações judiciais por questões de saúde. Nesse contexto, a Confederação tem buscado iniciativas que possam aproximar os gestores, encaminhar e facilitar possíveis soluções.

A técnica da CNM, Carla Albert, explicou que a maior demanda de ações na justiça na Saúde têm sido para a obtenção de medicamentos especiais e internações compulsórias; “são aquelas ações referentes a pessoas que necessitam de uma internação porque têm algum tipo de doença mental, ou pessoas que são usuárias de drogas”, pontuou.

Explicação do Judiciário

A interação do Judiciário com os Municípios foi debatida nas palestras. As responsabilidades do Judiciário sobre as potenciais competências que órgãos jurídicos tenham na apreciação de ações, a implementação de medidas que qualifiquem as demandas judiciais dos Municípios por meio da formação de comitês estaduais e municipais foram apresentadas por representantes do Judiciário.



Ag. CNM

Os convidados ainda expuseram iniciativas bem-sucedidas no Rio Grande do Sul que contribuíram para reduzir em 87% a quantidade de ações judiciais na área da Saúde. No Estado, as medidas foram efetivas por meio de uma rede de cooperação, que teve a participação conjunta da Secretaria de Saúde, da prefeitura, do Judiciário e outros órgãos e lideranças. Eles se reúnem e avaliam como é possível agir para diminuir e classificar essas demandas judiciais.

Orientações da CNM

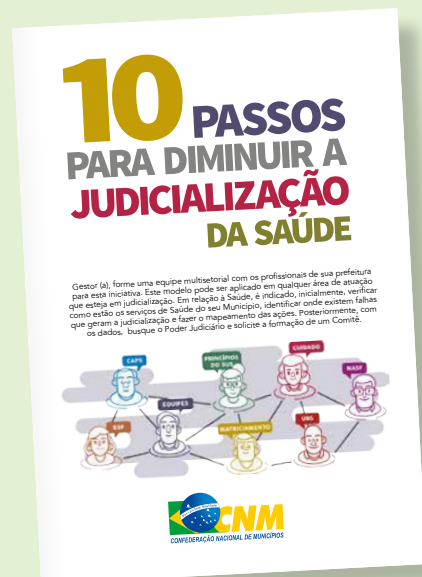
Durante o ciclo de palestras realizadas com gestores das cinco regiões brasileiras, a CNM elencou os principais passos a serem seguidos pelos Municípios que enfrentam problemas graves com a judicialização. Entre as recomendações, a entidade citou que

os gestores devem ter visão e atuação sistêmicas; identificar os problemas de atendimentos da rede municipal; revisar contratos; e estabelecer diálogo frequente entre as coordenações da atenção básica e farmacêutica.

A Confederação também orientou que os representantes municipais divulguem informações padronizadas sobre medicamentos e exames de responsabilidade do Município; procurem a defensoria pública, o

Ministério Público e o juiz para discorrer sobre o histórico das ações e estabeleçam uma agenda de encontros com pauta mínima.

Os prefeitos ainda foram aconselhados pela CNM para que instituem um termo de cooperação com o Judiciário; e que, após assinatura do termo, avaliem os resultados. Por fim, a CNM apresentou alguns exemplos de Municípios que conseguiram reduzir drasticamente a judicialização seguindo as dicas dadas da entidade. Uma cartilha disponível no *site* da Confederação oferece mais informações sobre o tema.



Ag. CNM

Orientações jurídicas

Prefeitos recebem conselhos para transição de governo e posse

As despesas que vão assumir junto com a gestão das prefeituras é uma preocupação dos novos prefeitos, que tomarão posse no dia 1º de janeiro de 2017. E durante todas as quatro etapas do *Seminário Novos Gestores*, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e a consultora jurídica da entidade, Elena Garrido, aconselharam os gestores, principalmente os eleitos para primeiro mandato, sobre algumas medidas que devem ser desenvolvidas na transição de governo e os primeiros atos logo após a posse.

“Nós somos a única Federação no mundo que tem o Município como um Ente federado, um Ente capacitado constitucionalmente pra gerir as suas finanças, pra se autoadministrar e para produzir a sua legislação. E a gente precisa ter consciência da importância que isso representa”, lembrou a advogada.

Segundo Elena, “não existe uma legislação que obriga a transição de mandato, porém existem vários instrumentos que podem facilitar nesse momento”. A advogada orientou os prefeitos eleitos pela primeira vez que o diálogo com o atual gestor é o melhor caminho, mas, caso ele não exista, “procurar o Tribunal de Contas dos Municípios, a Câmara de Vereadores e até, em último caso, o Judiciário podem resolver o problema dos novos prefeitos”.

Recursos em caixa

A consultora jurídica explicou que algumas ações já podem ser feitas antes de assumir, como tabular dados a respeito de recursos disponíveis em caixa na prefeitura e tomar conhecimento de quantidade de funcionários, verificando se serão realmente necessários para a administração que se iniciará. “Vocês não são obrigados a manter funcionários cedidos em outros locais, nem para o Estado nem para União. E essa é realidade de maioria dos Municípios atualmente; e isso é desvio de função”, enfatizou.

“Faça tudo o que tem de ser feito agora, em 2017”, indicou Elena. A jurista destacou que documentar os levantamentos realizados, inclusive de restos a pagar e do patrimônio atual do Município, é fundamental para evitar surpresas durante o exercício e garantir que não venham a ter de responder



Ag. CNM

por atos da gestão anterior. Por fim, a especialista destacou: “só faça aquilo que determina a lei”.

Competências

“Os Municípios gastam boa parcela de seus recursos financeiros, físicos e profissionais atendendo competência dos outros Entes. Esse é um grave pecado que a maioria dos gestores cometem”, alertou a consultora jurídica.

Avaliar o desempenho dos funcionários em estágio probatório é uma coisa que todos deviam fazer. Ter certeza de que eles estão preparados para as atividades que serão exigidas deles. “Se esse funcionário não está qualificado, esse é o momento de tirá-lo do quadro, depois que passa o período de experiência, não é possível demiti-lo sem que haja justificativa prevista em lei”, explicou.

Orçamento municipal

Entre as preocupações da equipe, ela disse que é importante que se atentem às leis que estabelecem as condutas que os prefeitos devem adotar em relação ao orçamento municipal, quais sejam: Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orça-

mentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA).

Este último, principalmente, demandará especial atenção, tendo em vista que o plano tem duração de quatro anos; e o corrente se encerra em 2018. Sendo assim, o primeiro ano de mandato do novo gestor deverá seguir o projeto da administração anterior e, concomitantemente, o novo gestor deverá executar o planejamento orçamentário que será apresentado para os próximos quatro anos, do PPA 2018-2021.

Folha de pessoal

Garrido também pediu aos gestores, antes mesmo de iniciarem seus mandatos, que tomem conhecimento de quanto seus Municípios gastam com despesa de pessoal. Para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as administrações municipais não podem executar mais de 51,3% (limite prudencial) de sua receita corrente líquida com folha de pagamento.

“Se você assume e está acima desse limite, você não pode nem nomear seu secretário”, ponderou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Caso o Município já esteja acima do limite prudencial ou próximo a atingi-lo no momento da posse do novo prefeito, a recomendação é que o gestor aumente receita e reduza as despesas com pessoal, para voltar à faixa-limite. “Como sabemos que não é um momento propício para aumento de receita, tem que se preocupar em cortar gastos com folha de pagamento”, disse a advogada.

A primeira recomendação é cortar no mínimo 20% das despesas com cargos em comissão. Se mesmo assim o limite continuar ultrapassado, aconselha-se demitir contratos por prazos determinados. Por último, como medida emergencial, a sugestão é que se dispensem servidores não estáveis, aqueles que ainda estão cumprindo estágio probatório.

Nepotismo

A consultora também esclareceu aos gestores a problemática que envolve a Súmula Vinculante 13, editada em 2010, que diz respeito ao nepotismo. A medida proíbe que prefeitos contratem parentes até o terceiro grau para exercer cargos na prefeitura, já que se entende que a contratação fere o princípio da impessoalidade na administração pública.

Segundo ela, a questão é delicada porque o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, já decidiu que a referida súmula não se aplica a agentes políticos, os secretários. No entanto, a decisão não é unânime, e outros ministros da suprema corte tiveram entendimento contrário.

Como a questão sobre contratação de parentes para exercer cargos de secretários pode ser facilmente contestada judicialmente, a recomendação da CNM é que não a faça. “O que tenho a dizer é: parente nem pensar. Quem quiser correr o risco, corra. Mas a CNM orienta, para aqueles que não querem dor de cabeça, não nomear parente”, disse ela.

Tribunais de Contas

Já o ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e consultor jurídico da Confederação, Humberto Canuso, reforçou a estratégia apresentada pela Confederação de aproximação dos prefeitos com os Tribunais de Contas e com os órgãos de controle. “Nesse período de transição, se houver concordância da administração, faça visitas às obras, tirem fotos e todos os elementos devem ser formalizados pela equipe de transição, com ata assinada”, aconselhou.

O presidente da CNM também chamou a atenção dos prefeitos para essas orientações. Ele voltou a chamar a atenção dos prefeitos para que não assumam compromissos que não são de sua competência, e para que tomem cuidado com atos que podem caracterizar improbidade administrativa. “Muitas vezes o prefeito responde a processo por conta de coisas que funcionários fazem e o prefeito nem sabe”, ponderou o líder municipalista.



Ag. CNM

Chegando ao cidadão

CNM apresenta campanha Viva seu Município

Durante o *Seminário Novos Gestores*, os futuros prefeitos das cinco regiões do país – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – puderam conhecer uma importante iniciativa municipalista: a campanha **Viva seu Município**. A ideia era apresentar aos prefeitos eleitos e reeleitos o que motivou a sua criação, bem como oferecer orientações sobre as formas de participar do movimento.

A campanha **Viva seu Município** foi uma iniciativa inédita da entidade de chamar a atenção para a realidade das gestões locais. Pela primeira vez, a comunidade foi convocada a compreender os motivos que travam o desenvolvimento das prefeituras. Até então, o diálogo estava focado no Congresso Nacional, com as autoridades.

Lançada em fevereiro de 2014, a campanha trouxe como slogan a frase: “você nasceu aqui, não o deixe morrer”, como forma de engajar a população na luta pelo resgate da saúde financeira dos Municípios. A iniciativa teve início em uma data cheia de significado: 23 de fevereiro, o Dia do Municipalismo.

Após abertura oficial, o calendário da campanha teve sequência nos meses seguintes com uma grande mobilização em Brasília, realizada no dia 25 de março. Milhares de prefeitos estiveram presentes no encontro, que serviu para alinhar as estratégias do movimento e tirar possíveis dúvidas.

Em 11 de abril do mesmo ano, foi a vez de os Municípios mostrarem sua voz para todo o país. Orientados pela Confederação, os gestores municipais fizeram uma paralisação simbólica das prefeituras. A proposta da ação era mostrar que se os Municípios não tiverem condições de sobrevivência, todos serão prejudicados.

Faixas foram penduradas pelas cidades, entrevistas foram concedidas à imprensa, reuniões foram agendadas para apresentar a situação dos Municípios à comunidade. Os serviços essenciais das prefeituras, como saúde e educação, funcionaram normalmente. Mais de 1.800 Municípios realizaram algum tipo de ação no dia 11 de abril.

O ponto alto da campanha ocorreu na **Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** onde, mais uma vez, os gestores dialogaram sobre os motivos que levam as prefeituras brasileiras à crise. Em 2017, o calendário de ações deve seguir os mesmos moldes das edições anteriores.

Inspiração

No *stand* localizado na Feira do Conhecimento, os novos gestores da região encontraram um conjunto de materiais sobre o que foi a campanha **Viva seu Município** da CNM e qual a sua proposta. Um dos *flyers* trazia sugestões de ações para serem implementadas nas cidades na campanha do próximo ano.

Também era possível obter gratuitamente uma cartilha, utilizada na campanha, que apresenta os principais gargalos da gestão municipal e reúne informações para embasar os prefeitos no diálogo com a população.

O prefeito de Ponte Nova (MG), Wagner Mol, foi um dos que visitou o espaço. Quando perguntado se já conhecia algo da campanha, ele disse: “eu vi no auditório o vídeo da prefeita de Monteiro Lobato e fiquei impressionado com as ações que ela desenvolveu. Foi inspirador”. Segundo o gestor, Ponte Nova deve se unir ao movimento no próximo ano.

Áreas técnicas

Gestores aprofundam conhecimentos

Além dos eixos de desenvolvimento social e econômico, os participantes do *Seminário Novos Gestores* puderam conferir palestras técnicas em outras áreas da administração municipal. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) buscou reunir a maior quantidade de temas disponíveis para contextualizar os futuros prefeitos sobre os desafios das áreas nos próximos anos. Foram abordadas questões ligadas a Agricultura, Defesa Civil, Meio Ambiente, Planejamento Territorial, Turismo e contexto Internacional.

Agricultura

O diálogo trouxe à tona questões importantes como o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e o Programa Garantia-Safra. O consultor da CNM, Mário Nascimento, lembrou os gestores da importância da área. “A agricultura é mais uma injeção na veia do Município para gerar emprego e renda”, afirmou.

Sua fala frisou a valorização dos pequenos produtores, como forma de agregar valor tanto ao Município quanto à comunidade. Nascimento acredita que as duas áreas, Turismo e Agricultura, estão relacionadas. Entre os exemplos, o consultor falou sobre a produção de queijos e cachaça no Estado de Minas Gerais.

Defesa Civil

Nos seminários sobre defesa civil, o especialista da área da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Johnny Liberato, palestrou sobre a importância de possuir uma gestão municipal voltada ao setor, que é historicamente negligenciado por todas as esferas da administração pública.

Segundo ele, 45% dos Municípios brasileiros não possuem uma secretaria de Defesa Civil. “O que aumenta as dificuldades de lidarem com adversidades de eventos climáticos”, disse ele.

Além dos prejuízos físicos e humanos, com destruição de infraestrutura dos Municípios, desa-

lojamentos e mortes, as anormalidades do clima também trazem prejuízos econômicos. O especialista contou que, só em razão da seca, já houve prejuízo de R\$ 151 bilhões nos últimos três anos. A principal área afetada é a pecuária e a agricultura.

Liberato também contou aos gestores que a CNM tem se articulado e trabalhado pela aprovação do Projeto de Lei 719/2015 no Congresso Nacional, que, uma vez aprovado, institui o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e de Calamidade Pública. O texto da matéria prevê a reserva de



Ag. CNM

R\$ 1 bilhão de reais anuais para cobrir as despesas ocasionadas por eventos climáticos.

Meio Ambiente

Quanto às exposições realizadas sobre meio ambiente, conduzidas pelas especialistas da área na CNM, Cláudia Lins e Alice Peixoto, questões sobre cumprimento das leis direcionadas à gestão de resíduos sólidos foram as que demandaram mais aprofundamento.

Lins explicou que os lixões deixam os Municípios em situação de ilegalidade e faz com que os prefeitos possam responder por improbidade administrativa, caso não cumpram com as responsabilidades municipais estabelecidas na Política Na-

cional de Resíduos Sólidos.

Segundo as especialistas, a proteção ao meio ambiente é dever compartilhado entre todos os Entes federais. No entanto, não há qualquer tipo de repasse específico direcionado aos Municípios para lidar com a questão. O que faz com que 35% de todos os convênios celebrados no setor do Meio Ambiente sejam de manejo de resíduos sólidos.

No entanto, conforme exposto, os contratos geralmente são direcionados para a execução das obras dos aterros, o que não é exatamente uma solução municipal, tendo em vista que a concentração de custos está na manutenção. Lins afirmou que “80% do custo de um aterro sanitário está na sua manutenção. Não adianta dar dinheiro para fazer, porque o Município não consegue manter”.

Entre as obrigações estabelecidas em lei quanto aos resíduos sólidos, cabem ao Município a elaboração e a execução do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, a eliminação de lixões, a coleta seletiva e a compostagem. Como recomendação, as especialistas falaram para os gestores realizarem um diagnóstico de seus Municípios, projetos-piloto de coleta e, depois, começar com os pequenos projetos ou projetos-piloto de coleta seletiva e compostagem.

Planejamento Territorial e Habitação

O plano diretor referente ao planejamento urbano e territorial de Municípios com população acima de 20 mil habitantes começou a ser executado entre 2006 e 2007 e possui vigência de dez anos. Isso quer dizer que, entre o final deste ano e o próximo, os gestores municipais terão de elaborar um novo projeto. A responsabilidade, por vezes, cairá nas mãos dos novos gestores, que assumem mandato em 2017.

O alerta foi dado pela especialista em Habitação e Planejamento Urbano da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Karla França, aos prefeitos que participaram do *Seminário Novos Gestores* sobre Habitação. “Uma das primeiras orientações, então, é rever o plano diretor. Se não, logo de cara, vocês podem responder por improbidade administrativa”, disse ela.

o em outras áreas da administração



Também dentro do período do mandato que se inicia no próximo ano, haverá entre as responsabilidades dos novos gestores a aprovação e a elaboração do Estatuto da Metrópole. Conforme explica a especialista, o estatuto será usado como uma ferramenta de cooperação entre Estados e Municípios para planejamento urbano.

Entre as responsabilidades municipais, está contribuir com o Estado pelo Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (Pdui) e a adaptação do plano diretor. O estatuto deve ser realizado até janeiro de 2018.

Internacional

O *Seminário Novos Gestores* também contou com palestras da área Internacional da CNM. Além de explicar e exemplificar formas de firmar parcerias entre Municípios e entidades internacionais, a técnica da área, Tatiana de Jesus, também lembrou os gestores da necessidade de estarem atentos a políticas internacionais que reverberam em todas as esferas do governo, nacional, estadual e municipal.

“Vemos sempre as políticas nacionais, do governo federal, influenciando nos Municípios. Mas não podemos esquecer dos compromissos incorporados pela agenda internacional, que também

impactam nos Municípios”, disse Tatiana.

Como exemplo, a técnica citou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que instituem 17 objetivos a serem cumpridos pelos Municípios até 2030, e o trabalho da CNM em prol desse cum-

primento, como a disponibilização da Mandala de Desempenho aos Municípios Contribuintes. “O esforço da CNM é desenvolver ferramentas para que essa política internacional seja implementada pelos governos municipais”, disse ela.



Turismo

Dentro do cronograma de palestras, um dos temas abordados foi o Turismo, apresentado como importante atividade fomentadora de renda, emprego e desenvolvimento para os Municípios brasileiros. Os técnicos da CNM demonstram dados que indicam que hoje o Brasil ocupa a 28ª posição no ranking mundial do turismo, posição que pode ser melhorada. Outro importante indicador é que o turismo está em terceiro lugar na Balança Comercial de Exportações Mundial, ficando atrás somente dos combustíveis e produtos químicos.

Um dos fatores que contribuirá para que os países subam ainda mais posições neste ranking é o planejamento que deve ser feito pelos Municípios para o incentivo do turismo local e regional. Para tanto, as prefeituras devem aproveitar que o Brasil é um país rico em atrativos, com imensa costa marítima, áreas rurais, florestais, além de história e gastronomia abundantes. Os recentes eventos internacionais realizados no país, como a Copa

do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, também ajudaram na exposição mundial do país.

Os prefeitos observaram que trabalhar esta área pode ser um incremento e tanto para o desenvolvimento local, mesmo que o Município não tenha tantos atrativos. Isso acontece porque, normalmente, o turismo acontece de forma regional e não municipal. Na maioria das vezes, turista não visita apenas um Município, desta forma, as cidades que compõem determinada região podem ser beneficiadas, visto que provavelmente serão visitadas.

Assim, todas devem estar estruturadas para receber esse contingente de visitantes, conforme explica o palestrante e consultor de Turismo da CNM, Mário Nascimento. “É preciso que estes Municípios trabalhem os pequenos negócios e empreendimentos, em áreas econômicas prioritárias, para que tenham estrutura para receber os turistas. Não é na prefeitura que a atividade turística gera emprego, é na área privada”.

Palavra dos gestores

Prefeitos comentam pers

Durante os dez dias de realização do *Seminário Novos Gestores*, os prefeitos eleitos e reeleitos tiveram a oportunidade de manifestar suas opiniões sobre o que estão achando do evento promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), bem como o que esperam fazer para os seus respectivos Municípios.

Quanto às realizações futuras, muitos se mostraram preocupados. Os motivos alegados são muitos, dentre eles o fato de que esperam encontrar prefeituras endividadas e sem recursos financeiros em caixa; Municípios com enormes demandas das comunidades, além do preocupante cenário político e econômico pelo qual atravessa o país, que, invariavelmente, recai também sobre os Municípios.

Prioridades para a gestão 2017-2020

Embora se mostrem preocupados com o futuro, os novos prefeitos dizem estar chegando com muita vontade de mudar o panorama atual para melhor. Todos afirmam já terem levantado ainda na época campanha política as prioridades de seus respectivos Municípios, assim, já sabem onde concentrar esforços.

Dentre as prioridades apresentadas pelos prefeitos, algumas são as mesmas entre vários Municípios: as mais comentadas foram nas áreas de Infraestrutura, na construção de estradas e pontes para melhorar a mobilidade urbana e o escoamento da produção agrícola; Educação, com a reforma de escolas; Saúde, na manutenção e melhoria de hospitais; e Trabalho, com a geração de empregos para que a população, sobretudo em idade economicamente ativa, não saia dos Municípios em busca de oportunidades de trabalho e, assim, a economia local continue a girar.

Impressões sobre o Seminário Novos Gestores

Os futuros prefeitos que estiveram em Brasília (DF) se mostraram muito satisfeitos em terem aceitado o convite da CNM para participarem do evento. Como a maioria vai assumir o mandato pela primeira vez, eles reconheceram que as informações passadas nas palestras proferidas pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e pelos técnicos e consultores da entidade foram extremamente importantes para o início de suas gestões e para o bom andamento dos trabalhos ao longo dos próximos quatro anos.

Dentre todas as impressões sobre o que viram nessas duas semanas, uma opinião foi unânime entre os futuros gestores municipais das cinco regiões do país: a de que a Confederação, maior entidade municipalista da América Latina, é definitivamente uma parceira com a qual eles podem contar ao longo de seus mandatos.

Frederico Bittencourt, de **Reserva (PR)**: "Precisamos da Confederação para a defesa das causas municipalistas junto ao governo federal. Já conhecia a entidade por ter sido prefeito em outras ocasiões e sei o quanto ela é importante para nós."

Iraldo Ebertz, de **Tapurah (MT)**: "Entendo que aqui temos muito o que aprender, então, temos que aproveitar o conteúdo do Seminário. Estou muito satisfeito com o início dos trabalhos. Certamente vou precisar da CNM na minha administração, e a minha base será a Confederação"

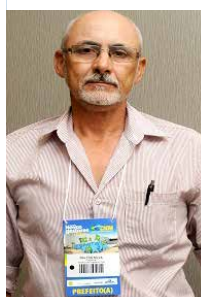


Modesto Filho, **Brotas (SP)**: "A CNM sempre foi uma parceira e ao organizar esse tipo de evento mostra o quanto é atuante. Ter vindo a Brasília foi bom não só pelo Seminário, mas também para fazermos contatos."



Nonô Carvalho, de **Felixlândia (MG)**: "Este Seminário é uma importante ferramenta que vai nos auxiliar na nossa gestão. Acredito que, assim como eu, há milhares de novos prefeitos aqui, principalmente em primeiro mandato. O encontro vai nos capacitar a enfrentar as dificuldades dos próximos quatro anos."

Ermes Silva, de **Paulicéia (SP)**: "Estou entrando na política agora e acho que tudo o que está sendo mostrado aqui será fundamental para minha administração. Quero adquirir muito conhecimento e fazer parcerias em prol da minha cidade."



Dalton Silva, de **Santana de Pirapama (MG)**: "Estou fazendo a transição de uma carreira militar para uma de prefeito. Vim para o Seminário em busca de conhecimento e troca de experiências. Quero contar com a CNM para futuras ações, principalmente para reverter esse quadro em que os Municípios se encontram hoje."

Tiago Lacerda, de **Santiago (RS)**: "Estamos aqui para aprendermos com prefeitos já de outros mandatos e com a nossa referência nacional que é o presidente Paulo Ziulkoski, nosso conterrâneo que defende muito o municipalismo. Esperamos que os mais de cinco mil prefeitos do país se unam para juntos buscarmos o novo pacto federativo, pois a parte mais sacrificada deste pacto são justamente os Municípios."

Gracineide Souza, de **Jupurá (AM)**: "Minha expectativa é promover melhorias nas áreas da Saúde, Educação e ações sociais. Para mim é um privilégio ter sido eleita prefeita."

perspectivas para o mandato



Almira Garms, de **Paraguaçu Paulista (SP)**: “Gostaria de encontrar minha cidade em situação muito melhor, mas já sabia dessa situação e resolvi enfrentar o desafio. Pretendo começar meu mandato enxugando a máquina administrativa e sendo severa no corte de gastos. As informações que obtive até agora neste Seminário foram bastante satisfatórias, mas espero conhecer muito mais.”



Marisa Alves, de **Bocaiuva (MG)**: “Os próximos quatro anos não serão fáceis para nenhum Município, mas tenho garra e determinação em função desta responsabilidade que me foi concedida por voto popular. Vou administrar uma cidade de quase 50 mil habitantes que sofre imensamente com o desemprego e a saúde que não consegue atender nossa população. Precisamos da atenção e do investimento dos governos estadual e federal.”



Katiucia Mendes, de **Cristais Paulista (SP)**: “Vejo que a situação financeira do meu Município está difícil, por isso serão necessários alguns reajustes e restrições para colocarmos tudo nos eixos e que seja feito o que foi planejado durante a campanha. A maior carência da cidade é na saúde e, como médica, quero trabalhar muito para melhorar esta área.”

Alberto Diniz, de **Juarina (TO)**: “Pretendo trabalhar com muita honestidade e ver meu Município crescer com boas oportunidades para os jovens, os agricultores e os pecuaristas da região.”

Mabel Almici, de **Castanheiras (MT)**: “Uma das minhas expectativas é terminar as obras iniciadas no mandato anterior. Também espero buscar alternativas de geração de emprego e renda para melhorar a vida do cidadão no Município.”



Francis Maris, de **Cáceres (MT)**: “A crise nacional afeta não só a União e os Estados, mas principalmente os Municípios. Isso acontece porque é lá que existem as demandas da população, que espera por Saúde, Educação e várias obras de infraestrutura.”

José Martins, de **Jacundá (PA)**: “Os Municípios devem ser fortalecidos. Concorro com as ideias do presidente Paulo.”

André Maia, de **Senador Guiomard (AC)**: “Nós sabemos que o país vive um momento de crise. Mesmo assim, estou animado com as perspectivas de mudanças e de uma gestão participativa. Quero aproveitar e cumprimentar a CNM pelo convite para participarmos desse Seminário.”

Agnaldo Carvalho, de **Rondolândia (MT)**: “Mesmo sabendo que estamos passando por uma crise muito grande, que gera enormes dificuldades para os gestores, vou procurar fazer uma gestão transparente, tendo como parceiros os deputados estaduais, federais e o governo do Estado.”

Fabício Conceição, de **Paraná (TO)**: “Meu Município sofre com problemas no que se refere à malha asfáltica, habitação, loteamento. Há também a questão da Saúde, que é uma demanda muito grande. Temos um hospital municipal que não consegue atender às necessidades do povo.”



José Mario Teixeira, de **Bandeirantes do Tocantins (TO)**: “Se eu tivesse participado do *Seminário Novos Gestores* antes, talvez nem teria me candidatado.”

Adinan Ortolan, de **Cordeirópolis (SP)**: “Este início de mandato será difícil porque vivemos uma crise econômica que reflete nos Municípios. Mas tenho muita esperança e expectativa de realizar um bom trabalho, porque essa foi uma eleição de mudanças, e a população quer transformações e eu acredito que possa realizar aquilo que me comprometi com os eleitores.”



Juninho da Padaria, de **Rio Claro (SP)**: “O desafio é grande, mas a vontade de governar e fazer a política do bem comum para atender a todos é o que desejo realizar em Rio Claro.”



Tânia Yugar, de **Nova Granada (SP)**: “Espero corresponder a confiança dos meus eleitores fazendo um trabalho humanitário, visando ao crescimento da minha cidade. O Brasil está sendo passado a limpo com promotores melhores, juízes melhores e nós também teremos políticos melhores.”

Antão Peruffo, de **Nova Esperança do Sul (RS)**: “Vou estudar as informações que estão nos passando. Posteriormente, de acordo com esse aprendizado, farei uma avaliação sobre como buscar recursos para o Município, procurando atender da melhor forma possível aos anseios da comunidade.”

Desenvolvimento Social

Prefeitos com desenvolvi



Salmo Dias, de **Rio dos Índios (RS)**: “Com este Seminário, os prefeitos eleitos e reeleitos conseguem aprimorar o conhecimento, atualizar informações e investir naquilo que realmente interessa, sem descuidar dos resultados que a população espera. Acredito que está chegando uma boa safra de prefeitos que trabalharão para mudar pra melhor a vida de suas comunidades e a CNM é o nosso orientador para o melhor norte a ser seguido”.



Mario Klein, de **Senador Salgado Filho (RS)**: “Pretendo trabalhar no setor da agricultura, pois hoje somos essencialmente agrícolas, e construir estradas, pois não temos acesso asfáltico. Vamos fazer uma busca incansável para ver se conseguimos essas realizações.”



Auri Kochhann, de **Pirapó (RS)**: “O Município tem bastante pessoas de idade avançada, inclusive sendo reconhecido na região como “Município da terceira idade”. Isso se deu porque a juventude foi para os grandes centros atrás de melhores oportunidades de trabalho. Tenho que valorizar principalmente a área da Saúde”.



Guilherme Granzotto, de **Aratiba (RS)**: “Nosso grande desafio é crescer a receita própria para manter os nossos programas voltados à comunidade”.



Wilson Roberto Santos, de **Cruz Alta (RS)**: “Vou trabalhar no desenvolvimento econômico da minha cidade integrado aos Municípios da região, onde há um consórcio de Municípios muito forte, o Comaja. Vamos tentar fazer com que essa ação política coletiva dos prefeitos também traga desenvolvimento para a região.”

Adair Zecca, **Vista Alegre do Prata (RS)**: “A agricultura é a base da economia do Município e hoje ela está bem equipada. Vejo também que a Saúde e a Educação estão atendendo muito bem. Mas observo que há poucas indústrias na área urbana, o que faz com que muitos jovens saiam do Município para estudar e não voltam pela falta de trabalho. Desta forma, pretendo trabalhar nessa área.”



Valdir Heck, de **Ijuí (RS)**: “Precisamos trabalhar em várias frentes como Saúde, Educação, Segurança Pública, para atender às demandas da população. Vou trabalhar pelo bem de todos na cidade e, ao final deste mandato, encerrar minha história na vida pública.”

Com o intuito de auxiliar os prefeitos eleitos e reeleitos, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) preparou um conjunto de palestras técnicas. No painel de desenvolvimento social, foram expostos os desafios das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. Ao reunir as áreas por eixo, a entidade buscava mostrar como o conhecimento pode ser integrado entre elas.

Tema de diversas dúvidas dos gestores municipais, e também uma das principais demandas da comunidade, a Saúde compôs a programação do *Seminário Novos Gestores* durante suas quatro etapas. O diálogo foi conduzido pela consultora da CNM Carla Albert, quem mostrou aos participantes os programas existentes, bem como o modelo de financiamento adotado.

Dentre algumas iniciativas pontuadas, Albert falou do Programa Saúde da Família (PSF), do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS), geralmente presentes nos Municípios brasileiros. Apesar dos benefícios trazidos, a consultora para a área de Saúde da entidade alertou os futuros prefeitos para os entraves gerados pelo subfinanciamento desses programas. Ela explicou que o governo federal repassa aos Municípios apenas uma parte do dinheiro, insuficiente para cobrir os verdadeiros custos.

Em uma das lâminas da apresentação, foi possível notar a defasagem do programa Estratégia Saúde da Família. Segundo levantamento realizado pela Confederação, a diferença entre o valor gasto pelas prefeituras e o valor repassado pelo governo federal chega a 26,2%. Os Municípios recebem uma média de R\$ 10.695 por mês, quando o repasse deveria ser de R\$ 13.942,61 pelo menos.

A questão despertou o interesse do prefeito de Ipê (RS), Valério Marcon, que aproveitou o momento para fazer um desabafo. “Nós temos três equipes do Estratégia Saúde da Família. Nós fizemos uma reforma na Unidade Básica da sede no Município e agora a coordenadoria de Saúde está me cobrando para que eu responda aos investimentos feitos para qualificar o atendimento à população. Ou seja, nós ampliamos, reformamos, compramos os equipamentos e ela [a coordenadoria] quer que a gente explique sob pena de perdermos o repasse do programa. A gente se dedica para melhorar, qualificar e agora eu estou com esse abacaxi nas mãos para descascar”.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, acompanhou a apresentação e demonstrou empatia com a situação do futuro gestor municipal. Em sua resposta, ele frisou seu descontentamento com o modelo de financiamento vigente. “É o que eu comento sempre, prefeito. Nós gestores estamos tentando fazer as melhorias, mas essa interferência do poder central trava. Estão querendo mandar nos Municípios, impondo uma série de regras às quais os prefeitos têm de se sujeitar”.

Também esteve presente o prefeito de Palmas (PR), Kosmos Nicolaou. Em sua fala, ele sinalizou interesse em construir uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) na cidade e solicitou orientações do líder municipalista a respeito. “Eu sou médico e gostaria de instituir uma UPA no meu Município. A palestrante falou sobre o PSF, o Samu, as UPAs e eu gostaria de saber qual o posicionamento da CNM a respeito do que pode acontecer com as UPAs na próxima gestão”, indagou.

precisam desafios para promover mento social nos Municípios

Sem hesitar, Ziulkoski comentou que as Unidades de Pronto Atendimento são um “presente de grego” e fez um alerta ao futuro prefeito e aos demais presentes. “Se o senhor está pensando em abrir uma UPA, repense, porque das 500 UPAs que foram licitadas no país somente umas 40 ou 50 estão funcionando”.

A questão da educação municipal

Outra demanda da sociedade, que também desperta dúvidas junto aos novos gestores, é a educação. O tema foi exposto pela consultora da CNM para a área, Mariza Abreu, que trouxe em sua fala diversos dados para contextualizar o cenário aos participantes do evento. Dentre eles, a evolução das matrículas na Educação Básica.

Em 2008, os Entes locais aplicavam uma média de 19,71% da receita própria na área. Em 2012, esse percentual subiu para 20,5% e, em 2015, chegou a 21,99%, segundo maior valor desde 2008. Com essas informações, Mariza Abreu pretendia chamar a atenção dos prefeitos eleitos e reeleitos para uma descentralização das políticas públicas educacionais, cada vez mais apoiadas nos Municípios e menos nos Estados e União.

“Notem vocês que os Municípios brasileiros têm investido mais recursos em Educação ao longo dos anos”, enfatizou. A consultora abordou algumas fontes de recurso da área, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Salário-Educação, mas novamente o financiamento foi um dos destaques.

A Educação reúne diversos programas federais, dos quais fazem parte o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate). Como pontuou a consultora, há uma defasagem nessas iniciativas desenvolvidas pelo governo federal.

“O Programa Nacional de Alimentação Escolar começou com um repasse de R\$ 0,13 per capita. Hoje esse valor que vocês recebem é de R\$ 0,30, mas deveria ser de, pelo menos, R\$ 0,47”, exemplificou. Cálculos da CNM revelam que a defasagem no Pnae ultrapassa 55%.

Também houve um momento da apresentação dedicado a apresentar as pautas da área em tramitação no Congresso Nacional. Entre as proposições mais urgentes, destaque para o Projeto de Lei (PL) 2.508/2015 e o Projeto de Lei (PL) 2.508/2015, que sugerem o estabelecimento de novos valores para a complementação do custeio da alimentação e do transporte escolar, respectivamente. Compõe a pauta de reivindicações ainda matéria sobre mudanças no reajuste do piso do magistério.

Matriz social – Os prefeitos de todo o país tiveram a oportunidade de aprofundar os conhecimentos na área de Assistência Social. A apresentação, feita pela consultora da área, Rosângela Ribeiro, teve início com uma reflexão: “precisamos mudar o olhar sobre a área de Assistência Social de gasto para investimento. Se realizamos um bom trabalho com assistência social, é possível economizar em outras áreas como Saúde e Educação”, pontuou.



Ag. CNM

Após uma introdução sobre os níveis de gestão de proteção social, Ribeiro deu continuidade à sua fala com os programas e serviços existentes na área. Entre eles, o Centro de Referência da Assistência Social (Cras), o Centro de Referência Especializada da Assistência Social (Creas). O primeiro está ligado aos casos de Proteção Social Básica, já o segundo refere-se à Proteção Especial de Média Complexidade.

Durante a apresentação, a consultora explicou que houve um corte significativo de gastos na área. Os serviços alocados dentro da Proteção Social Básica, por exemplo, sofreram redução de 15,12% neste ano. Os impactos são ainda mais visíveis nos serviços de Proteção Social de Média Complexidade, onde o corte federal chegou a 33,01%.

Entretanto, a mais expressiva retração de investimentos foi verificada no Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-Suas), um dos principais programas de incentivo financeiro do governo para a área. O valor autorizado pela União chegou a ser reduzido em 41,7%, quase metade do previsto. A CNM comentou sobre a dificuldade dos gestores atuais em cumprir com os compromissos já pactuados e manifestou preocupação com os reflexos negativos desse enxugamento de gastos nos próximos anos.

Os participantes do evento foram orientados, ainda, sobre as mudanças dentro do financiamento das políticas sociais. “Antes o financiamento era feito por programa. Cada um tinha a sua conta. Agora, o financiamento da Assistência Social acontece por meio de blocos. Ao todo, são cinco”, explicou a consultora da CNM.

Além da novidade com relação aos blocos de financiamento, Ribeiro ressaltou a Portaria 88/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social. O texto estipula o repasse de recursos aos Entes federados com menor saldo nas contas.

Por decisão do Fundo Nacional de Assistência Social (Fnas), foi criado um índice, com variação entre 0 e 1, para priorizar os Municípios no recebimento dos valores da área. “Aqueles cidades que estiverem com melhor execução financeira terão prioridade para obter os recursos. Isso quer dizer que os Municípios com muito saldo em conta vão começar a receber menos”, finalizou.

A apuração do índice está baseada no valor que o Município possui em cada bloco de proteção social e o valor de repasse para cada serviço.

Almoço com prefeitos

Parlamentares de todas as regiões manifestam apoio ao municipalismo

O *Seminário Novos Gestores* foi prestigiado por 49 deputados e 8 senadores ao longo do ciclo de eventos. Os parlamentares reafirmaram o compromisso de lutar para que a pauta municipalista avance na Câmara e no Senado. Prefeitos eleitos e reeleitos das cinco regiões brasileiras almoçaram com os congressistas e apresentaram suas expectativas para a nova gestão.

Os encontros foram motivados para estreitar a relação dos parlamentares com os prefeitos. Um dos mais atuantes em prol do municipalismo, o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), ressaltou que os gestores eleitos e reeleitos precisam acompanhar e pressionar parlamentares de suas respectivas bancadas para que a pauta municipalista avance no Congresso.

“Os prefeitos, primeiramente, têm de começar a cobrar dos seus deputados o empenho e o compromisso de votar na Câmara, nas Comissões e no Plenário junto com o interesse dos Municípios. O Legislativo não é só emenda parlamentar. Emenda não resolve o problema do Município”, aconselhou.

O deputado Afonso Motta (PDT-RS) seguiu o mesmo raciocínio. “Eu acho que os deputados só vão dar a resposta que os municipalistas merecem se houver pressão do movimento e os projetos forem bem encaminhados”, disse.

Pacto federativo

A revisão do pacto federativo foi defendida pelo Herculano Passos (PSD-SP) como uma medida extremamente necessária para viabilizar a gestão municipal. Nesse sentido, o parlamentar defendeu mais interação entre prefeitos e parlamentares para a aprovação da reivindicação municipalista.

“O Congresso Nacional pode e deve trabalhar em benefício do municipalismo, porque nós devemos defender o Município. Por isso, eu sou a favor



Parlamentares reafirmaram compromisso de lutar para que a pauta municipalista avance no Congresso

do pacto federativo, para que haja uma divisão do bolo tributário de forma mais justa. O Município é o Ente federal menos favorecido com as arrecadações e o mais penalizado com as atribuições”, explicou.

Injustiças com os Municípios

A crise vivenciada pelos Municípios foi destacada por vários parlamentares. O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ressaltou o atual cenário econômico do país e a distribuição dos recursos. “Os Municípios estão sendo responsabilizados por essa crise de forma injusta. A União fica com quase tudo, os Estados intermediários e os Municípios, que têm a maior carga de serviço, ficam com muito pouco”, afirmou.

ISS

Uma das principais reivindicações da Confederação Nacional de Municípios (CNM) – o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de

Lei do Senado (SCD) 15/2015, que desconcentra as receitas com a arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) – foi citada pelos senadores Cidinho Santos (PR-MT) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

O senador mato-grossense disse que tem atuado junto ao movimento municipalista para que o projeto seja aprovado no Senado. A proposta também visa a ampliar a lista de serviços tributáveis e possibilita a justa participação e distribuição da arrecadação do ISS, incidente nas operações de cartões de débito e crédito, *leasing*, planos de saúde e construção civil.

Por sua vez, Raupp reiterou que, se houver consenso, a matéria pode ser colocada em votação ainda neste ano. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) é o autor da proposta. A CNM solicita a todos os gestores que entrem em contato com suas respectivas bancadas no Senado para que o projeto seja aprovado.

Nova sede da CNM

Gestores eleitos e reeleitos conhecem a nova casa do municipalismo

Gestores eleitos e reeleitos conheceram a nova casa do municipalismo. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, deu boas-vindas aos prefeitos em um ciclo de visitas à nova sede com os novos representantes dos Municípios das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste, Sul e Nordeste. A série de apresentações da edificação ocorreu dentro da programação do *Seminário Novos Gestores*.

Os prefeitos das regiões Norte e Centro-Oeste foram os primeiros a conhecer o novo espaço destinado ao municipalismo. Acompanhado da família, Ziulkoski ressaltou o esforço para a construção da edificação e a importância da nova sede. "Esse espaço foi construído com o dinheiro de 20 anos de economia. A gente sempre teve esse sonho de ser independente. Ter a nossa própria sede dá autonomia ao movimento municipalista", ressaltou.

Discursos comoventes dominaram a apresentação da nova sede aos prefeitos da região Sudeste. Com o auditório lotado, Ziulkoski reforçou que o espaço representa um marco para o municipalismo. "Eu me emociono quando falo. Isso aqui é um sonho de muitos e muitos anos. É a casa dos senhores. A casa dos Municípios do Brasil. Nós temos agora também a nossa autonomia na parte física", recordou

MUITA EMOÇÃO

O vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, agradeceu aos envolvidos que participaram da construção da nova sede e enalteceu a contribuição de Ziulkoski. "Todos ajudaram e ajudaram muito. Mas aqui estão o coração, a alma, o conhecimento e a experiência do presidente Paulo. O Paulo é o grande engenheiro e arquiteto não só dessa obra física, mas também da construção do movimento municipalista brasileiro", disse.

O momento mais emocionante da cerimônia foi marcado com o discurso de uma das fundadoras da CNM, Dalva Christofolletti. Com a voz embargada, ela direcionou-se ao presidente da Confederação e fez um testemunho comovente. "Paulo, eu tenho certeza de que lá no céu tem um grupo de pessoas muito feliz. Eles, eu e mais dois que ainda estão vivos sonhavam em uma CNM como estamos hoje. Você que veio rea-

lizar o nosso sonho. Deus lhe pague", discursou Dalva, seguida de aplausos calorosos.

CONJUNTO DE SENTIMENTOS

Com presença maciça de conterrâneos e vizinhos de sua região natal, Ziulkoski recebeu os gestores eleitos e reeleitos do Sul em clima acolhedor. O líder municipalista revelou a emoção de trazer os gestores do Sul para conhecerem o espaço dos Municípios em Brasília.

"Eu respondo para todo o Brasil. Mas logicamente não deixa de ser gratificante ver uma obra concluída, um espaço conquistado e com a participação quase que maciça dos gestores do Sul do Brasil, com quase 800 prefeitos dos 1.100 que a região possui", disse.

Ele ainda comentou sobre o significado da nova sede e as expectativas para o futuro. "**A construção da nova sede é um marco importante. Esperamos que essa luta continue. Eu tenho certeza de que irá melhorar a vida de milhares de cidadãos brasileiros, que nascem, vivem e morrem no Município**", revelou.

DESCONTRAÇÃO

Em clima completamente descontraído, o ciclo de visitas à nova sede foi encerrado com a presença dos prefeitos eleitos e reeleitos da região Nordeste. Ao som de sanfona e repente que ressaltou os desafios dos novos gestores, os representantes municipalistas foram recepcionados com músicas típicas do Nordeste e versos sobre as dificuldades vivenciadas pelos Municípios nordestinos.

Um recital improvisado por gestores do Ceará e de Pernambuco entusiasmou os presentes e motivou aplausos calorosos. Ziulkoski também foi homenageado na apresentação. Ao assumir a palavra, o líder municipalista ressaltou que a nova sede vai muito além da estrutura da edificação. "Aqui a gente vai construir a grande essência do municipalismo. Ela é física, mas



vai ter conteúdo e servir ainda mais em prol da nossa luta municipalista. Vamos mostrar para a sociedade que são os prefeitos que podem mudar e dar aquele plus que ninguém consegue neste país", conclamou.

ESTRUTURA E MURAL DOS PREFEITOS

Ao final da cerimônia de apresentação de cada visita regional, os novos representantes municipais puderam atestar por meio de assinaturas em um painel o compromisso com a qualidade da gestão e a luta pelo municipalismo. O mural vai ficar instalado no museu do municipalismo.

Traços fortes, linhas firmes e inovadoras. Assim pode ser denominada a Nova Sede da CNM. Iniciada em 2010, a edificação conta com uma estrutura de mais de 12 mil metros quadrados, construído na região central de Brasília. A arquitetura da nova sede também levou em conta a questão ambiental. Foram plantadas mais de 150 mudas nativas em substituição às árvores que foram retiradas com a construção do novo prédio.

Além disso, o espaço conta com tanques de reúso de águas, um salão nobre para 500 pessoas e quatro salas multimídias integradas. Para oferecer conforto aos colaboradores, aos prefeitos e aos visitantes, a nova sede terá dois andares de estacionamento e um restaurante. O espaço conta ainda com um ambiente com mais luminosidade e conforto térmico, um museu do Municipalismo e uma praça cívica.

Gestão de qualidade

Prefeitos conhecem ferramentas e projetos

Nos dias em que ocorreram os Seminários Novos Gestores para as cinco regiões do país, todos os prefeitos eleitos e reeleitos conheceram as ferramentas e os projetos que Confederação Nacional de Municípios (CNM) criou com o objetivo de auxiliá-los na gestão municipal.

Durante o evento, a plenária sobre iniciativas da CNM foi dividida em três eixos: informação e conectividade; qualificação como ferramenta de gestão; e projetos e soluções. Dentro do primeiro eixo sobre informação e conectividade, o *site* da entidade foi apresentado aos prefeitos e participantes. Em um telão, eles puderam acompanhar todas as explicações em tempo real acessando e conhecendo cada detalhe do *site*.

Conteúdo Exclusivo – Dentro desta temática, os gestores foram informados que os Municípios contribuintes com a CNM têm acesso a um Conteúdo Exclusivo no *site* da entidade criado só para eles. Dentro da plataforma, foram pontuadas todas as ferramentas e projetos voltados apenas às prefeituras que são parceiras da entidade como: Cidadãos; Portal das Transferências Constitucionais; Êxitos – oportunidade de capacitação de recursos; Rede Municipalista; Rede Siconv; Panorama; Ações Judiciais; Reuniões e Eventos; Biblioteca e Vídeos; e Transparência.

Cada uma delas foi acessada e apresentada aos novos prefeitos usando como referência os dados dos Municípios que estavam presentes no evento. Na plataforma *on-line*, os gestores poderão ainda fazer comparativos com outros dados de outros Entes locais.

Redes Sociais – Estar conectado 24 horas por dia é realidade da maioria dos gestores municipais e, durante o evento, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse que nos dias atuais a tecnologia tem sido grande aliada dos prefeitos. “Ferramentas como whatsapp e SMS têm ajudado muito. Pois toda vez que alguma pauta de interesse dos Municípios está sendo votada no Congresso Nacional, a CNM envia uma mensagem aos gestores cadastrados e contribuintes e começamos juntos a pressionar os parlamentares para votarem a favor dos Municípios”, contou.

Facebook – a página da CNM no Facebook tem grande alcance: são cerca de 20 mil curtidas e um alcance de 30 mil pessoas diariamente. Na rede

social, são publicadas informações e notícias divulgadas no *site* da entidade.

Instagram – No Instagram, são publicadas fotos dos eventos promovidos pela entidade, bem como visitas de prefeitos à sede da Confederação. Campanhas e projetos da entidade também são divulgados na rede social de fotos. São aproximadamente 2 mil seguidores só nesta rede.

Twitter – O Twitter é um espaço para pequenas informações, mas que podem ter grande impacto social. Geralmente nessa rede são divulgados números de conquistas da CNM e chamamentos para eventos.

Aplicativo CNM – A CNM criou um aplicativo para dispositivos móveis – IOS e Android – com o objetivo de facilitar ainda mais o acesso às informações da entidade de maneira rápida e ágil. Para baixá-lo, basta pesquisar pelo nome CNM em sua loja de aplicativos no celular.

Viva seu Município – A campanha criada pela Confederação tem o objetivo de mobilizar não só o gestor municipal, mas promover uma aproximação com a comunidade, especialmente para que a população compreenda os motivos da crise das prefeituras brasileiras. Portanto, reivindicar que uma parte maior do bolo arrecadado pelos Municípios e enviado para o cofre da União seja dividido de forma mais democrática.

No segundo eixo sobre qualificação como ferramenta de gestão entram a Central de Projetos; o Cidadãos; os Observatórios e o Urbem. As ferramentas foram apresentadas aos gestores como mecanismos que auxiliam na administração municipal.

Central de Projetos – é um *software* recém-adquirido pela CNM e que apresentará, a partir de janeiro, todos editais de órgãos públicos, privados e de organizações não governamentais (ONGs) que podem gerar algum tipo de recurso para os Municípios. Por outro lado, a ferramenta também se encarregará de explicar se há contrapartida nos projetos dos editais e de quanto é essa contrapartida.

CiDADOS – O Sistema de Indicadores de Desen-



Ag. CNM

volvimento Municipal Sustentável (IDMS), chamado de CiDADOS, é uma plataforma desenvolvida para auxiliar a gestão municipal por meio de indicadores que revelam a situação sociocultural, econômica, ambiental e política de cada Município, por meio de comparações e apontamentos de quais áreas o novo gestor deve atuar com mais presteza.

Observatórios – São três: Observatório do Crack; Observatório dos Lixões e Observatório Político. Eles atuam como mecanismos de informações e divulga resultados tanto dos Municípios como do Congresso Nacional dentro de cada temática.

Urbem – é um *software* de gestão governamental gratuito, que objetiva a desburocratização e compartimentação de informações públicas de forma automatizada, visando a normatizar processos da administração municipal. A tecnologia é baseada em nuvem (cloud), tornando o acesso simples e seguro.

No terceiro e último eixo que trata de projetos e soluções para a gestão municipal, entram: Reinsersir; Realidade Municipal; MuniCiência; e Municípios Doadores.

Reinsersir – O Projeto Integração Local para Reinsersão do Usuário de Drogas, que tem objetivo fomentar o trabalho integrado das redes de Educação, Saúde e Assistência Social em conjunto com a sociedade civil para gerar oportunidades de rein-

da CNM para melhorar a gestão municipal

serção social e econômica dos usuários de drogas.

Realidade Municipal – Do Seminário Experiência Municipal: O Município e as Boas Práticas da Gestão nasceu o Projeto Experiência Municipal, com o objetivo de levantar dados e de verificar, diretamente nos Municípios, a contrapartida financeira nos principais programas do governo federal nas áreas de Saúde, Assistência Social e Educação, assim como identificar as ações praticadas pelos Entes locais, mas que, via de regra, não são de sua competência.

Com a nova forma de coleta de dados, com preenchimento *on-line*, a iniciativa ganhou dinamismo e se institucionalizou. Deixou de ser um projeto e pas-

sou a ser uma ação periódica que fará radiografias dos Municípios brasileiros com os dados preenchidos por seus gestores, que são os mais pressionados pelos efeitos das injustas distribuições de recursos e responsabilidades. Do Projeto Experiência, nasce a iniciativa Municípios e a Realidade Federativa.

MuniCiência – Municípios Inovadores é uma iniciativa pioneira da CNM para identificar, analisar, promover e compartilhar experiências inovadoras implementadas pelos prefeitos e prefeitas nas cinco regiões do Brasil que contribuem de forma significativa para a melhoria da gestão municipal.

Municípios Doadores – o projeto foi lançado durante a programação do *Seminário Novos Gesto-*

res. A iniciativa deve criar uma integração entre os agentes envolvidos na doação de sangue para evitar a queda dos níveis de estoques nos Hemocentros. Para que a campanha alcance diversos públicos de todas as regiões do Brasil, ela será difundida durante a agenda com os prefeitos eleitos.

Na primeira fase do projeto, todas as unidades de coleta serão orientadas e cadastradas na plataforma. Em um segundo momento, os gestores que assumirão a partir de 2017 indicarão na plataforma a participação do seu Município e, na última fase, o doador poderá se cadastrar e exercer a cidadania.

Para conhecer mais sobre cada ferramenta e projeto, acesse o site www.cnm.org.br

FINANÇAS MUNICIPAIS

Verba federal da Saúde deve ser repassada sem atraso, em dezembro

O compromisso de efetuar os repasses dos programas da Saúde aos Municípios sem atrasos, durante o mês de dezembro, foi assumido pelo governo federal. Durante audiência da diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) com chefe de gabinete do Ministério da Saúde, Paulo Rebello, para tratar das preocupações com final de mandato, o representante do governo garantiu que os prefeitos podem contar com a verba para fechar sua gestão.

A audiência foi solicitada pela Confederação, justamente, com o objetivo de buscar respostas para o fechamento da gestão da saúde nos Municípios. Dentre os temas da pauta, receberam destaque o financiamento da saúde, a defasagem dos programas federais, a Judicialização de procedimentos e medicamentos de alto custo, os atrasos nos repasses para gestão dos programas federais, o prazo para implantar o prontuário eletrônico e os recursos da Estratégia Saúde da Família.

Conforme apresentado, durante a audiência, uma das preocupações dos prefeitos – que estão finalizando a gestão e encerrando seus mandatos –

é de que o recurso seja repassado aos Municípios a tempo de viabilizar o fechamento do exercício financeiro de 2016. Nesse aspecto, o Ministério da Saúde se comprometeu a efetuar as transferências no mês de dezembro sem atrasos e cogitou a possibilidade de antecipar os repasses do dia 30 para o dia 20 do mês.

Sobre os possíveis atrasos nos repasses federais, foi sinalizado que, mesmo com a crise econômica, o governo dará maior atenção ao pagamento em dia dos programas prioritários, uma vez que é fundamental o compromisso e envio correto da produção pelos Municípios.

No entanto, em relação à defasagem dos valores e à desatualização dos programas per capita, o secretário de Planejamento e Orçamento, Mateus Ari Ramos, disse que não há possibilidade financeira para promover as atualizações. Já sobre a judicialização, o governo informou que existe um grupo de trabalho, com integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), cuja aproximação da CNM seria fundamental para promover a disseminação das infor-

mações e para auxiliar os Municípios nessa questão.

O último assunto abordado refere-se à implantação do Prontuário Eletrônico Cidadão nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). A CNM solicitou prorrogação do prazo, que está definido para 10 de dezembro, para implantar e para justificar a não inviabilidade do não atendimento da obrigatoriedade. A Confederação esclarece que o momento de transição da gestão municipal e a insuficiência financeira dos Municípios são complicadores para atendimento da demanda. Segundo Rebello, o ministro está sensível à solicitação e já está analisando uma forma de ajudar aqueles gestores que assumirão em 2017.

Ainda durante o encontro, o secretário da CNM e o presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Eduardo Tabosa e Expedito José Nascimento, solicitaram maior sensibilidade do governo com os Municípios, principalmente em relação aos problemas na média e alta complexidade da Saúde. As construções, as reformas e as ordens judiciais também foram mencionadas pelos municipalistas.

Pacto Federativo

“Estamos abrindo espaço para o diálogo com o governo”, afirma Ziulkoski após encontro com Temer

A última etapa dos encontros do *Seminário Novos Gestores* apresentou resultados positivos para o movimento municipalista. No 10 de novembro, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, foi recebido pelo presidente da República, Michel Temer, no Palácio do Planalto.

Segundo Ziulkoski, “estamos abrindo espaço para o diálogo com o governo, e isso é muito importante. Pra mim, é uma satisfação ainda maior, porque não parece que estamos brigando contra o governo. Nosso trabalho é com firmeza na defesa do Município”, contou o líder municipalista aos gestores nordestinos que participam do evento promovido pela entidade.

“Conseguimos encaminhar uma série de ações que vão reverter em benefícios para os senhores, se os senhores continuarem nos ajudando. O presidente foi sensível à pauta, e nós vamos organizar todas as ideias para conseguir tudo que for possível”, revelou Ziulkoski.

PAUTAS PRIORITÁRIAS

Ao presidente Temer, foram apresentadas as pautas prioritárias em tramitação no Congresso Nacional. Entre elas, Ziulkoski citou o substitutivo da Câmara dos Deputados 15/2015, que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do



produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios. “Se a pauta for aprovada, os senhores já terão dinheiro em caixa no ano que vem”, explicou.

Além disso, o Projeto de Lei 2.289/2015 que prorroga o prazo para que os Municípios façam a disposição final dos resíduos sólidos também foi abordado. “Agora nós podemos distensionar a relação com o governo, mas para isso eu preciso que os prefeitos trabalhem conosco”, pontuou o

líder municipalista.

“A reforma – o ajuste do governo – é fundamental, mas não pode nos matar, pois os Municípios também precisam fazer um ajuste e muito mais que a União”, lembrou. Ziulkoski concluiu dizendo que “nós abrimos uma porta, depende agora da nossa capacidade de negociação”.

Estavam presentes à reunião o 1º tesoureiro da CNM, Hugo Lembeck; o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima.